

BRASIL

Redução de ICMS para cigarro aprovado no DF desconsidera importante diretriz da CQCT

Deputado distrital discordou da ação do executivo

Entre as medidas mais eficazes de controle do tabagismo, principalmente entre os jovens, é a que estabelece maior incidência tributária sobre preços dos produtos de tabaco, conforme preconiza o artigo 6º da CQCT.

O Governo do Distrito Federal parece ter relegado esta política. Enviado pelo executivo no fim da gestão de Rodrigo Rollemberg, a redução do imposto que incide sobre a comercialização de cigarros e derivados, foi aprovada pela câmara distrital em meados de dezembro, e sancionada pelo atual governador Ibaneis Rocha (MDB), poucos dias após sua posse, em janeiro.

A medida altera a lei de 1996, e o artigo 18, que determina alíquota de 29% nas operações e prestações internas para bebidas alcoólicas e para fumo e derivados – cachimbos, cigarreiras, piteiras e isqueiros. Na versão original, o percentual sobre estes últimos era de 35%.

De paradoxal, o fato de Rollemberg, como Senador (2011-2014), ter sido o autor do Projeto de Lei (PLS nº 103/2014) que instituía embalagens padronizadas para os produtos de tabaco, além de ter defendido e concretizado, no início de sua gestão como governador (2014-2018), uma tributação maior sobre cigarros e bebidas.

Ao justificar a alteração na lei, o ex-secretário da Fazenda, Wilson José de Paula, afirmou que um estudo técnico realizado pela pasta deu conta de que a arrecadação caiu desde que alíquota de 35% sobre os produtos de tabaco passou a ser aplicada, em 2016.

“O aumento da alíquota do fumo para 35% provocou uma concorrência desleal para nossos contribuintes, visto que o Estado de Goiás não procedeu a tal alteração. Assim, esta diferença de tributação estaria provocando a migração das vendas de fumo do Distrito Federal para Goiás.”

Em setembro de 2018, o Deputado distrital evangélico Rodrigo Delmasso (PRB) discordou da redução e, ressaltando os mais de 300 mil tabagistas e o malefício do tabaco, enfatizou em Plenário que o governo deixaria de arrecadar 17 milhões de reais em 2019, valores que poderiam ser aplicados em áreas sociais, como creches e unidades básicas de saúde.

Fonte: G1 – Edição: SE-Conicq

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/12/18/projeto-que-reduz-imposto-sobre-comercializacao-de-cigarros-no-df-e-aprovado-por-distritais.ghtml>

<http://rodrigodelmasso.com.br/blog/2018/09/19/jornal-contexto-exato-delmasso-e-contra-proposta-que-reduz-icms-do-cigarro/>